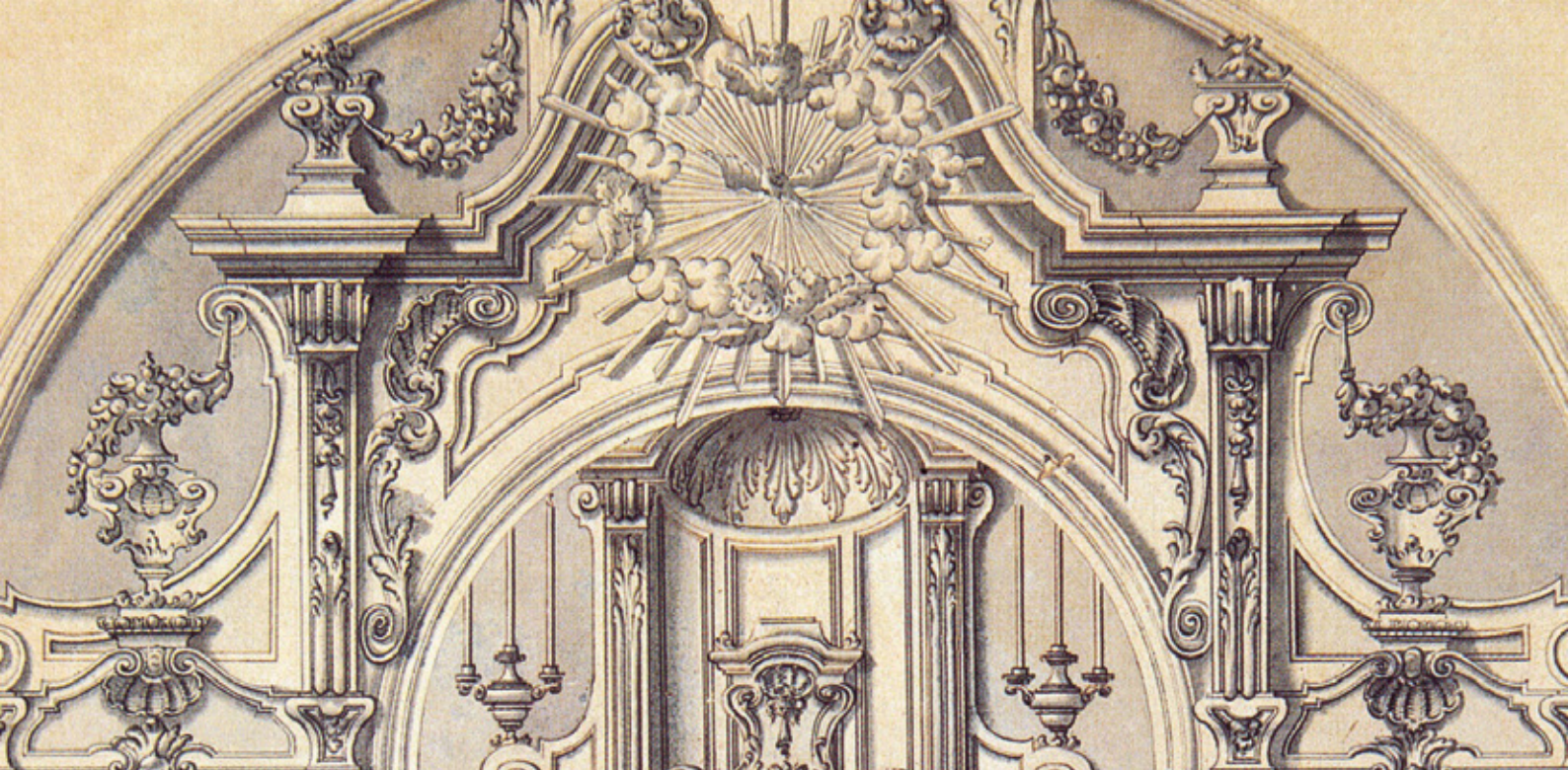




O Retábulo no Espaço Ibero-Americano

Forma, função e iconografia

Ana Celeste Glória (coord.)

Volume 2



O Retábulo no espaço Ibero-Americano: forma, função e iconografia

*Coordenação
Ana Celeste Glória*



Volume 2

Instituto de História da Arte

Título: *O Retábulo no Espaço Ibero-Americano: Forma, função e iconografia*

Coordenação editorial: Ana Celeste Glória

Coordenação científica: Carlos Alberto Moura, Carlos Pena Bujan, Fernando António Baptista Pereira, Fernando Quiles, Irina Sandu, Maria João Pereira Coutinho, Myriam Ribeiro, Pedro Flor, Pilar Diez del Corral Corredoira, Sandra Costa Saldanha, Sílvia Ferreira, Susana Varela Flor, Vítor Serrão

Assistência à edição: Ana Francisca Bernardo, Ricardo Naito

Paginação & design: Ana Celeste Glória

Imagem da capa: José António Landi – Pormenor de retábulo para o altar-mor da Sé de Belém. Desenho à pena, aguarelado, 300x170 mm. Rio de Janeiro, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira – Prospectos de cidades, villas, povoações, edefícios..., da Expedição Philosophica do Para, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyaba, 1784-1792, VII.

Disponível in <http://www.forumlandi.ufpa.br/biblioteca-digital/desenho/retabulo-para-o-altar-mor-da-se-de-belem>
<http://www.forumlandi.ufpa.br/biblioteca-digital/desenho/retabulo-para-o-altar-mor-da-se-de-belem>

Edição: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / NOVA

ISBN: 978-989-99192-6-6

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2016

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto estratégico do IHA [UID/PAM/00417/2013].

© Autores e Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/NOVA.
Os artigos, imagens e norma ortográfica utilizada são da responsabilidade dos autores.

Instituto de História da Arte
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Av. de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
www.ihafcs.unl.pt

A Retabulística Barroca de Lisboa entre o Liberalismo e a Actualidade: Mecanismos de alienação e de conservação de um património.

O papel do Museu Nacional de Arte Antiga

Sílvia Ferreira¹



Introdução

A chegada a Portugal das ideias liberais, dimanadas da Revolução Francesa, introduziu novos olhares sobre o papel das ordens religiosas na sociedade de então². A lei dimanada do governo liberal de 30 de Maio de 1834, que declarou extintas as ordens religiosas em Portugal, teve um papel determinante no futuro do património de arte sacra, mormente no de talha dourada³. Lei criada também para punir e neutralizar os membros do clero, que pautaram a sua acção pelo apoio inequívoco à facção conservadora durante os conflitos que opuseram liberais a absolutistas, as suas consequências para o património perduram até aos dias de hoje. A necessidade premente de fortalecer o regime liberal, aniquilando uma das suas forças de sustentação, aliou-se à ideia de que a riqueza pecuniária das ordens iria de alguma forma reverter para o crescimento económico do país e para uma mais justa distribuição da riqueza entre os portugueses⁴.

A necessária inventariação e avaliação dos bens das ordens religiosas masculinas, as primeiras a conhecer a desamortização do seu património⁵, foram efectuadas em tempo record. Com um vastíssimo património em mãos, o Estado necessitava urgentemente de prover ao seu

¹ Investigadora integrada do IHA/FCSH/Universidade NOVA de Lisboa. Bolseira de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/101835/2014).

² Luís A. de Oliveira Ramos, *Da Ilustração ao Liberalismo*. Porto: Lello & Irmão, 1979; *Colecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Câmaras Legislativas*, 3.^a Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1835.

³ António Martins da Silva, *Nacionalizações e Privatizações em Portugal. A desamortização oitocentista*. Coimbra: Minerva, 1997; Luís Espinha da Silveira, “A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem.” In *Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. vol. XVI, 61-62, (1980), 87-110.

⁴ António Martins da Silva, “A Desamortização”. In *História de Portugal*, (ed.) José M., Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 5, 1993, 340.

⁵ As ordens religiosas femininas, apesar de extintas, foi-lhes concedido o privilégio de as freiras puderem permanecer nos conventos e mosteiros até à morte da última ocupante, facto que adiou a inventariação dos seus bens.

destino final. Entre este património encontravam-se inúmeros altares e demais talha complementar⁶.

Feitos os inventários preliminares dos bens móveis das ordens religiosas masculinas, vários destinos lhes foram impostos. Aqueles considerados de excepcional qualidade e dignos de conservação integraram as colecções do Estado, nomeadamente peças de pintura, ourivesaria, têxteis, cerâmica, escultura e talha. Resta salientar que o primeiro local para onde as peças de talha dos mosteiros e conventos de Lisboa e arredores foram removidas foi o extinto convento de S. Francisco da Cidade. Local relatado como inadequado, onde a talha e demais objectos deslocados se encontravam em precárias condições de acondicionamento, e onde se iam paulatinamente degradando, sujeitos a variações extremas de temperatura e a humidade. Quanto aos itens que não foram “salvaguardados”, o seu destino foi bem mais gravoso. As ondas de demolições seguintes à desamortização dos conventos masculinos e femininos, em cronologias diferenciadas, bem certo, permitiram o saque das peças móveis, a frequente venda em hasta pública, nos inúmeros leilões que se organizaram nos espaços dos regulares e nas igrejas paroquiais⁷. A deslocação de retábulos e demais talha para igrejas seculares, a pedido dos respectivos párocos, terá sido ainda das situações menos gravosas para este património. A percepção da dimensão da catástrofe para a arte da talha era já nítida em finais do século XIX e inícios do seguinte, quando Alfredo Keil escreve um pequeno livro intitulado: “Collecções e Museus de Arte em Lisboa”⁸. Neste texto, e a contracorrente, Keil defende a preservação da talha portuguesa e do azulejo dos séculos XVII e XVIII. As suas invectivas contra a alienação constante destes objectos artísticos encontram palco concreto nas situações patrimoniais vividas pelos mosteiros de Santa Joana de Lisboa e Santa Clara de Évora⁹. Keil vai ainda mais longe ao sugerir a criação de um museu da talha nas dependências do mosteiro de Santa Joana de Lisboa. A constante sangria desta e de outras formas de arte portuguesa, oriunda das extintas casas religiosas, preocupava o intelectual e o artista, que se insurgia contra a moda do coleccionismo, tanto em Portugal como no estrangeiro, como sintoma de uma sociedade preocupada, não com as questões da cultura e da pedagogia pela arte, mas com a “ vaidade ” e a “ ostentação ”¹⁰.

Como bem nota Irisalva Moita, se para a arte da azulejaria essa opção foi concretizada, por ser levada em consideração em momento adequado, e por o material ser também mais resistente, já para a talha “*não parece que se vá a tempo de algum dia podermos reunir um*

⁶ Sobre este tema veja-se José Alberto Seabra, “A recolha devia fazer-se estugadamente e por completo”. Patrimónios em trânsito: extinguir conventos e criar museus”. In *100 anos de Património. Portugal 1910-210. Memória e identidade*, Jorge Custódio (ed.), Lisboa: IGESPAR, 2011, 35-39.

⁷ Anexado ao processo de venda em hasta pública de bens artísticos da igreja de Alhos Vedros observam-se recortes de jornais de inícios do século XX apresentando anúncios sobre leilões a decorrer nas igrejas de conventos e paroquiais, nomeadamente da igreja de Alhos Vedros. Cf. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, CIBC/SET/MOI/ADMIN/011. *Venda em hasta pública de altar e azulejos da igreja de Alhos Vedros*. Acessível em linha em <http://purl.sgmf.pt/149314>. Sobre esta temática veja-se de Clara Moura Soares, “Os Leilões de Património Artístico: uma consequência da Lei da Separação de 1911”. In *Os Leilões e o Mercado da Arte em Portugal - Estrutura, História, Tendências*, A. Fernandes, Luís U. Afonso (eds), Lisboa: Scribe, 2012, 85-95.

⁸ Alfredo Keil, *Collecções e Museus de Arte em Portugal*. Lisboa: Livraria Ferreira e Oliveira, 1905.

⁹ O leilão do convento de Santa Clara de Évora foi mais longe, ao permitir-se a venda de talha dourada para museus dos Estados Unidos, situação sempre denunciada por Keil, ao observar a constante saída do país do património português. Cf. Jorge Custódio, “Alfredo Keil ou o Elogio dos Museus”. In *Alfredo Keil. 1850-1907*, Jorge Rodrigues (ed), Lisboa: IPPAR, 2001, 434.

¹⁰ Cf. *Idem*, 437.

conjunto museológico desses materiais digno do lugar que ocupa a talha portuguesa no quadro artístico nacional”¹¹.

Como é imediatamente perceptível, as várias opções de recolocação destas peças não obedeceram a nenhum plano rigoroso ou pré-determinado, antes atenderam a uma necessidade urgente de dar destino a um vasto e múltiplo património¹². As consequências para este acervo, especialmente aquele de que aqui nos ocupamos, foram devastadoras. As perdas foram incontáveis. Para além da pura e simples aniquilação, derivada de um acentuado sentimento anti-clericalista, que perpassou por toda a segunda metade do século XIX e continuou nos alvares do seguinte, as peças remanescentes foram maioritariamente deslocalizadas e consequentemente descontextualizadas.

O Museu Nacional de Arte Antiga e a salvaguarda do património de talha

Os inventários produzidos pelo Museu Nacional de Arte Antiga são uma das fontes essenciais para o conhecimento das peças que integraram as suas colecções, bem como para o destino das mesmas após essa integração¹³. Outra fonte incontornável é a inúmera correspondência dos seus directores, que mais directamente conviveram com as circunstâncias que os colocaram em contacto com este acervo: José de Figueiredo¹⁴ e João Couto¹⁵. As missivas entre os primeiros directores do MNAA e as entidades que superiormente tutelavam este património, quer com força jurídica, quer com função de aconselhamento: Ministério das Finanças, Comissão Central da Execução da Lei da Separação, Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes e o Conselho de Arte e Arqueologia, foram constantes.

A sistematização da informação relativamente à talha dourada, preocupação que ocupou os conservadores e os directores do MNAA entre os primeiros anos do século XX até cerca de 1960, é uma posição que não encontramos na documentação produzida pela Academia de Belas-Artes, instituição que tutelou mais directamente o património artístico das ordens religiosas com interesse para as colecções do Estado. A Academia, nos seus anos iniciais, dedicou-se essencialmente à formação de artistas, classificação, inventariação e conservação e restauro de obras de arte. De facto, da documentação produzida pela Academia de Belas Artes, concernente aos objectos artísticos, perpassa a preocupação central nos destinos a dar ao acervo

¹¹ Irisalva Moita, “Alfredo Keil, coleccionador e museólogo”, in *Idem*, 394.

¹² Maria Emília de Oliveira Ferreira, *História dos Museus Públicos de Arte no Portugal de Oitocentos*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 2001; Raquel Henriques da Silva, “Museus: História e Prospectiva”. In *Panorama da Cultura Portuguesa no século XX*, F. Pernes, (ed.), Porto: Fundação de Serralves, 2002; Maria Isabel Roque, *O Sagrado no Museu: musealização de objectos do culto católico em contexto português*. Lisboa: Universidade Católica, 2011.

¹³ Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arte Antiga, “Objectos Procedentes de Conventos e Igrejas”, Dossiers 1 e 2, *Idem*, Colecção de Diversos, Molduras e Mobiliário. O inventário de Diversos fornece-nos informações detalhadas sobre altares e peças avulsas, como colunas, peanhas, capitéis, mísulas, etc. O inventário de Molduras contempla as molduras simples, as de espelhos e aquelas que envolvem pintura ou escultura. Quanto ao inventário de Mobiliário, e relativamente a peças de talha, integra fundamentalmente sacrários.

¹⁴ Sobre a acção de José de Figueiredo enquanto director do MNAA, veja-se entre outros: Teresa Pontes, *Museologia da Arte. Conceitos e Práticas de José de Figueiredo*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1999 e Joana Baião, *José de Figueiredo, 1871-1937. Acção e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal*, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

¹⁵ AHMNAA, *Registo de Correspondência Remetida*, L.º 1 (1911) a L.º 51 (1962). A figura e acção de João Couto à frente dos destinos do MNAA conheceram abordagem actual por Madalena Cardoso da Costa, “João Rodrigues da Silva Couto e a inovação museológica em Portugal no século XX (1938-1964)”, in *SIAM. Series Iberoamericanas de Museología*. Vol. 6, (2012). Consultável em linha em http://issuu.com/publicacion/docs/vol_6_historia_de_las_colecciones_historia_de_las.

de pintura e de outras artes consideradas nobres, relegando a talha para uma posição de menos valia¹⁶. Por tal, uma avaliação mais acurada sobre os destinos deste património desafecto aos conventos e mosteiros, essencialmente masculinos, torna-se de difícil concretização, já que os inventários destes bens, efectuados aquando das avaliações dos bens móveis dos regulares fornecem-nos escassas informações sobre a sua real existência e os seus destinos mais imediatos¹⁷.

Relativamente à incorporação de obra de talha no MNAA, os inventários demonstram que os edifícios que mais contribuíram para este acervo foram os extintos conventos femininos das Salésias, Trinas do Mocambo, Desagravo, Santa Teresa de Carnide, Mónicas e Santa Marta e os mosteiros dominicanos de Santa Joana, Sacramento de Alcântara e Salvador, todos em Lisboa, bem como as igrejas de Santa Margarida do Lavradio, de Nossa Senhora da Graça de Palhais, de Nossa Senhora do Livramento a Alcântara, de S. Julião da Barra e de S. Nicolau, de Lisboa, esta última com peças já provenientes do convento da Boa-Morte e dos Barbadinhos Franceses. A incorporação de talha oriunda quase exclusivamente de casas religiosas femininas justifica-se pela dilacção no tempo que o inventário do seu património conheceu, relativamente à data da extinção, a qual não correspondeu efectivamente à cronologia do abandono final dos edifícios por parte das religiosas. Só assim se pode compreender que a talha proveniente dos mosteiros femininos de Lisboa tenha tido um tratamento diferenciado daquela dos seus congéneres masculinos. De facto, a acção concertada de José de Figueiredo e da sua equipa na supervisão deste património permitiu a maior salvaguarda do mesmo e uma chamada de atenção para o seu potencial valor patrimonial.

Procurando compreender qual a mais-valia artística que se reconhecia à obra de talha, em confronto com as outras artes, no contexto da sua integração no MNAA, e como esses juízos de valor estéticos condicionaram os seus vários destinos, somos confrontados com o elucidativo texto de uma carta escrita por José de Figueiredo, datada de 22 de Junho de 1911, dirigida ao Inspector da Academia de Belas-Artes, cujo tema principal versa sobre a urgência da demolição do que restava do edifício do convento das Albertas, a fim de se expandir com segurança as instalações do MNAA. Refere o director: *“A única parte a conservar é a igreja que no seu interior é um belo e típico exemplar da arte religiosa do século XVII e que, secularizada e expurgada de algumas excrescências que recentemente lhe foram ajuntadas, ficaria como um interessante anexo ao museu de arte antiga. Aí e em quaisquer compartimentos, que lhe fossem acrescentados /fl. 62/ organizar-se-ia uma exposição permanente de arte religiosa, que, assim a valorizaria no seu ambiente próprio, obtendo-se quase sem despesa... uma mise-en-scène que, lá fora é tão procurada nos museus e só é geralmente obtida com grandes despesas e dificuldades...”*¹⁸.

¹⁶ Documentação consultada em Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Academia Nacional de Belas Artes. Consultável em linha em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4612144>. Dos inventários da Academia de Belas Artes revelam-se relações de objectos entrados e saídos da instituição com relevância para a pintura e o mobiliário, bem como para os objectos que integraram a exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882. As datas extremas de produção da documentação relevante para o nosso tema são 1836-1885.

¹⁷ Apesar de existirem na documentação do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, à guarda da Torre do Tombo, algumas informações sobre talha que foi deslocada, principalmente para igrejas paroquiais, as informações são mínimas em face do volume do património ainda existente ao tempo.

¹⁸ AHMNAA, “Registo de Correspondência Remetida- 1905-1916”, 61-62. 22 de Junho de 1911. Optou-se por modernizar a grafia nas transcrições da correspondência.

A postura que José de Figueiredo avança nesta missiva, relativamente ao património de talha dourada, enformará toda a sua acção enquanto director do MNAA. A nítida percepção de que a igreja das Albertas representava no seu todo um exemplo típico de um interior sacro seiscentista e setecentista a conservar, e que poderia funcionar como espaço expositivo de arte sacra, revela por parte do director um refinado sentido patrimonial que veremos desenvolvido ao longo da sua carreira à frente do Museu.

A importância e o valor que reconhecia ao acervo artístico presente em algumas das igrejas portuguesas, leva-o a aconselhar a sua manutenção, contra a corrente de desmantelamento e descontextualização que grassava no seu tempo. Em missiva datada de 2 de Dezembro de 1915, e endereçada ao Presidente da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas afirma: *“Fui sempre de parecer que devia desmanchar-se o menos possível da igreja das Salésias por ser internamente uma construção de apreciável valor artístico e nessa ideia nada pedi de início da talha que a guarnecia sendo porem mais tarde e depois da quarta remoção avisado pelo Sr. Gaeiras (...) de que o Exmo. Provedor da Assistência ia mandar por em hasta pública aquela talha disse-lhe que nesse caso iria ali escolher o que pudesse convir ao museu”*¹⁹. Caso semelhante se passou com o rico acervo do extinto mosteiro de monjas dominicanas do Sacramento²⁰.

Em carta datada de 4 de Fevereiro de 1916 dirigida ao presidente da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, José de Figueiredo afirma: *“Indo-se porem proceder à venda de grande parte da decoração da Igreja do mesmo extinto convento do Sacramento, vou em conformidade com as indicações de V. Exa. mandar (...) proceder à deslocação das peças que eu tinha ali deixado condicionalmente, na ideia de que a igreja se conservasse intacta...”*²¹.

Outro exemplo marcante de defesa de José de Figueiredo, relativamente à importância de deixar os interiores sacros intactos, é revelado na missiva, que endereça a 5 de Setembro de 1921 ao Ministro da Instrução Pública e de Belas-Artes. Tendo estado em Guimarães a visitar diversos edifícios daquela cidade, chama a atenção do Ministro para o caso da capela de Santa Clara, propondo que: *“a Comissão central de Execução da Lei da Separação não ultime o vandalismo que representa o que por sua iniciativa se fez já infelizmente na capela de Santa Clara daquela cidade. Sem que o seu interior revestisse um valor artístico, digo fundamental, ele tinha sobretudo o necessário para se impor ao respeito daquela comissão, que, /fl. 390/ de resto não devia tocar fosse no que fosse que pudesse representar valor artístico sem o envio das respectivas entidades técnicas. Ora se o vandalismo cometido não é infelizmente de todo remediável maior seria ele vendendo-se e deslocando-se o que nessa igreja ainda está em seu lugar, e que, arranjado e concertado pode ser utilizado como documento de estudo e elemento de turismo, uma vez que se expurgue o que ali há de mais recente”*²².

As advertências de José de Figueiredo prova-se não terem sido levadas em linha de conta, pois em 1924 a Comissão central da Execução da Lei da Separação decide vender em hasta pública toda a talha do extinto convento. Um grupo de cidadãos comprou o retábulo-mor

¹⁹Idem, *Ibidem*, 454-457. 2 de Dezembro de 1915.

²⁰ Sobre a obra de talha do antigo mosteiro de monjas dominicanas do Sacramento cf. Sílvia Ferreira, “Acerca do Carácter Transitório da Obra de Talha. O caso exemplar dos mosteiros de monjas dominicanas de Lisboa”. In *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Cristina Costa Gomes et. al (eds), Lisboa: Alêtheia, 2008, 167-186.

²¹ AHMNAA, “Registo de Correspondência Remetida, 1905-1916”, 477. 4 de Fevereiro de 1916.

²²Idem, “Registo de Correspondência Remetida”, L.º 2, 388-389. 5 de Setembro de 1921.

e as ilhargas da capela-mor com a ideia de cedê-los à Comissão de Melhoramentos da Penha, cujo santuário se construía. A talha do retábulo-mor desaparecerá no incêndio de 1939, ardendo no armazém onde estava arrecadada. Felizmente, o Museu Alberto Sampaio tinha adquirido a talha parietal da capela-mor, a qual ainda se encontra à guarda da mesma instituição²³.

Semelhante advertência é feita em carta de 15 de Julho de 1927, desta feita endereçada ao Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição de Lisboa, ao qual recomenda que o altar-mor da igreja do extinto convento de Santa Marta se mantenha *in situ* e que os restantes altares, a serem deslocados, se tenha em atenção a salvaguarda da sua integridade: “(...) *Há ainda outras peças como as que constituem o retábulo do altar-mor, que /fl. 124/ eu entendo que devem ficar no local em que se encontram sem prejuízo para a nova utilização da igreja mas que a serem deslocadas o não devem ser sem prévia consulta ao Conselho da Presidência de V. Exa. Pelo que respeita aos dois altares do século XVIII, que se encontram ao arco que dá para a capela-mor, e os outros dois retábulos que lhe ficam imediatamente próximos e acerca dos quais parece haver pedido a fim de serem aproveitados sem a menor alteração, entendo que devem ser cedidos desde que sejam dadas as garantias de que o seu aproveitamento os não prejudicará*”²⁴.

Figueiredo tinha a perfeita noção do alcance patrimonial da sua acção constante de tentativa de salvaguarda dos objectos de arte dos edifícios desamortizados e dos repetidos entraves que contra ela se levantavam.

Em 1933 escreve ao Secretário-Geral do Ministério da Justiça, em tom algo magoado, lembrando que, na sequência da Lei da Separação das Igrejas e do Estado, foi chamado como delegado do Museu Nacional de Arte Antiga junto dos ministérios da Justiça e das Finanças, em prol do património artístico português. Lembra as dificuldades e as querelas com os organismos locais e reforça que nunca recebeu remuneração adicional nem subsídios para esse trabalho, que o levou a percorrer Portugal de Norte a Sul. Reclamando o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, aponta casos concretos: “*e tenho consciência de ter sido útil ao meu país. Entre muitíssimos outros casos, lembrarei o sucedido com a bela igreja de Camarate, que não existiria hoje sem a minha intervenção, e o que se deu com o recheio do antigo Paço Episcopal de Bragança. Anunciada a sua venda em leilão com uma base ridícula (uma berlinda do século XVIII era avaliada em alguns magros escudos), consegui enriquecer com parte desse recheio o Museu de Lisboa e constitui com o restante o núcleo de onde saiu o museu regional que é hoje um dos principais atrativos daquela cidade transmontana*”²⁵.

A análise desta faceta menos conhecida e abordada do entendimento de José de Figueiredo relativamente ao património de talha permite compreender as suas opções de arrecadação e salvaguarda deste acervo. Mesmo nos casos em que a não destina a ser exposta nas salas do museu, esta tinha a garantia de salvaguarda em depósito, como obra de arte, se não de qualidade excepcional, na sua acepção, pelo menos como testemunho patrimonial que deveria ser preservado, quer como matéria de estudo, quer em vista da sua utilização futura em interiores sacros que o justificassem.

²³ Cf. O estudo de António José de Oliveira, Lúcia Márcia Cardoso Correia de Sousa Oliveira, “A Talha da Igreja do Convento de Santa Clara de Guimarães”. In *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2003, 119-140.

²⁴ AHMNA, “Registo de Correspondência Remetida”, L.º 3, 123-124. 15 de Julho de 1927.

²⁵ *Idem*, *Ibidem*, L.º 8. 18 de Janeiro de 1933.

Outra das questões centrais para este estudo, e que é frequentemente abordada na correspondência, principalmente de José de Figueiredo, é a necessidade imperiosa de os funcionários do Museu Nacional de Arte Antiga, designados para o efeito, terem preferência na escolha dos objectos de arte dos edifícios desamortizados.

Em missiva de 20 de Novembro de 1912, endereçada ao Presidente da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, o director do MNAA informa do próximo leilão a ser efectuado no extinto convento do Salvador, de monjas dominicanas: *“Deve efectuar-se dentro do prazo desta semana, o leilão das alfaias sumptuárias fazendo parte do espólio do extinto convento do Salvador às Escolas Gerais, rogamos a V.Exa queira dar as suas ordens, com a máxima brevidade, a fim de que sejam entregues ao Conservador do referido museu, senhor José Queirós, os objectos mencionados”*²⁶.

Dois anos volvidos, a 6 de novembro de 1914, José de Figueiredo escreve novamente ao Presidente da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas pedindo: *“providências no sentido de evitar que se efectue qualquer leilão de objectos sob a jurisdição da Comissão da digna Presidência de V. Exa sem que a direcção deste museu que representa para o caso o conselho de arte e arqueologia seja ouvida. Ultimamente efectuou-se em Setúbal o leilão do extinto convento de N.ª S.ª da Soledade sem ser avisada a direcção deste museu e o resultado foi ser prejudicado o Estado e as coleções artísticas a meu cargo (...) Também se efectuou o leilão do extinto convento do Quelhas sem ser ouvida a direcção deste museu (...) e embora o que lá se arrematou não tivesse, ao que parece grande interesse não convém que o facto se repita. Relativamente a este leilão peço a V. Exa para, sendo isso possível ser anulada a venda da talha da igreja respectiva pois essa talha deve ficar na posse do Estado”*²⁷.

No ano seguinte, a 15 de Outubro, preocupação semelhante é veiculada em carta ao Presidente da Comissão Central da Execução da Lei da Separação: *“Tendo por 3 vezes ido à praça a talha do altar-mor da Capela do Livramento e o respectivo arcaz da sacristia e sendo muito baixo o preço oferecido, venho solicitar de V. Exa. se sirva autorizar a remoção dos mesmos objectos para o museu a meu cargo”*²⁸.

Os textos destas e de outras missivas testemunham a constante preocupação em que enviados do Museu estejam presentes em leilões por todo o país, onde se alienam bens da igreja, para além de demonstrarem inequivocamente a indignação do director quando tal não acontece, chegando ao ponto de exigir a revogação das vendas de património considerado de interesse nacional, e que deveria fazer parte das colecções do Estado.

A recolocação de altares e outras peças de talha: contextos sacros e profanos

As primeiras notícias relativas à deslocação de talha dourada, a fim de ser reutilizada em igrejas paroquiais, surgem-nos logo nos processos de inventário e demais documentação produzida ao longo do extenso tempo da desamortização das ordens religiosas em Portugal.

²⁶ *Idem*, “Registo de Correspondência Remetida, 1905-1916”, 119. 20 de Novembro de 1912.

²⁷ *Idem*, *Ibidem*, 263-264. 6 de Novembro de 1914. Sabemos hoje, por investigação recente, que alguma da talha do extinto convento das Inglesinhas, ao Quelhas terá sido cedida à junta de freguesia da Covilhã, que não lhe terá dado uso, pois mais tarde foi enviada para a Igreja de S. João Baptista do Lumiar, a fim de colmatar a perda de um altar da mesma matéria, ardido no incêndio que assolou aquele templo no dia 7 de Fevereiro de 1932. Cf. Sílvia Ferreira, “Os Retábulos de Talha da Igreja de S. João Baptista do Lumiar: entre cataclismos, remodelações e reformas de sentido”. In *Igreja de S. João Baptista do Lumiar. História e Arte*, Fernando Andrade Lemos (ed). Lisboa: Junta de Freguesia do Lumiar, 2016 (no prelo).

²⁸ AHMNAA, “Registo de Correspondência Remetida 1905-1916”, 420. 15 de Outubro de 1915.

Sobre este assunto tivemos já oportunidade de escrever²⁹. A pesquisa recente, contudo, veio acrescentar exemplos e dilatar, tanto o território geográfico de recolocação destas peças, como o conceptual, na medida de uma mais alargada percepção deste fenómeno e seus agentes.

Fundamental, uma vez mais, na prossecução dos objectivos deste trabalho, foi a consulta da documentação produzida pelo MNAA.

Os inventários de peças de talha, elaborados pelo museu, referentes quer àquelas provenientes de conventos e mosteiros desamortizados, quer àquelas oriundas de igrejas seculares desactivadas, são elucidativos do manancial deste património. Nem todas as peças inventariadas deram entrada nos depósitos do Museu, o que nos permite compreender melhor a extensão do espólio, bem como o destino de algumas delas.

As várias fases de dispersão e locais de recolocação do património de talha, originalmente à guarda nas instalações do MNAA, é assim entendível na documentação elaborada pelos serviços do Museu³⁰.

Neste contexto de integração e de recolocação assume particular relevância uma carta datada de 14 de Fevereiro de 1915, escrita por José de Figueiredo para o Presidente da Comissão Central de Execução da Lei da Separação. Referindo-se ao recheio da igreja de S. Francisco e Santa Cruz, localizada no Barreiro, considera: *“tendo especial valor como obra de arte nacional a talha que a reveste, valor que para o museu é ainda maior por essa talha, de character inteiramente profano, poder ser adaptável a uma das salas agora em transformação neste museu”*³¹.



Fig. 1 - Sala de talha no Museu Nacional de Arte Antiga. 1912.
(Fonte: Arquivo Fotográfico MNAA)

²⁹ Cf. Sílvia Ferreira, “A Extinção das Ordens Religiosas em 1834 e o seu Impacte na Obra de Talha de Lisboa”. In *Lisboa e as Ordens Religiosas - Colóquio de História e de História da Arte – Actas*, Teresa L. M. Vale, Maria João Pereira Coutinho (eds.), Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2010, 73-87, *Idem*, *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720). Os artistas e as obras*, Dissertação de Doutoramento em História (especialidade Arte, Património e Restauro), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vol. I, 2009, 224-255.

³⁰ Entenda-se que toda a talha saída do Museu, o é apenas a título precário, ou seja, a posse continua a ser do próprio Museu, saindo as peças como empréstimo. Sempre que o seu uso já não seja consentâneo com o pedido original, o Museu pode e deve requerer o seu retorno.

³¹ AHMNAA, “Registo de Correspondência Remetida 1905-1916”. 14 de Fevereiro de 1915.

Este pedido do director, requisitando a talha da igreja da desafecta igreja de S. Francisco do Barreiro, não surtiu efeito, pois volvidos mais de cinco anos, concretamente a 17 de Abril de 1920, José de Figueiredo escreve de novo ao presidente da mesma entidade estatal, justificando a sua ausência do país, e pedindo de novo que a talha seja entregue ao seu museu: *“Tendo-me ausentado para o estrangeiro, em 1917, por motivos de doença grave (...) não pude ocupar-me com a rapidez que desejava, da transferência para este Museu, da obra de talha que reveste o interior da igreja de S. Francisco do Barreiro. Estava entretanto tranquilo supondo-a ao abrigo de qualquer dano, em vista das recomendações que tinha ali feito às entidades oficiais (...) Com verdadeira consternação porém fui encontrar há dias essa obra de talha mais incompleta do que quando a vira em 1917, tendo sido arrancadas grande parte das almofadas que a constituíam. E, com pasmo, verifiquei a utilização do recinto por forma que explica talvez aquelas mutilações. Chamo para o facto a atenção de V. Exa. por se tratar de uma obra muito valiosa, e comunico a V. Exa. que já providenciei a fim de que a talha seja com a possível brevidade convenientemente transferida para este museu”*³².

José de Figueiredo não desistirá da sua demanda sem apelar para as mais diversas autoridades, chegando mesmo a enviar carta, datada de 22 de Junho de 1921, ao Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia. Nesta missiva reforça a ideia da absoluta necessidade de deslocação daquela talha, pela sua excepcional qualidade, pois a igreja estava, ao presente, transformada num palheiro. Reafirma a sua vontade de aplicar a mesma talha na decoração de uma das salas do museu e alerta para o perigo de na eventualidade da delonga desta acção, a mesma poder ser vendida em leilão pela Comissão Central da Execução da Lei da Separação, facto que já lhe tinha sido comunicado por aquela comissão³³.

Sobre o desfecho deste caso não existe na correspondência mais nenhuma indicação. Supomos que o que restou daquele património que José de Figueiredo tanto queria preservar, tenha sido vendido em hasta pública ou desaparecido na voragem do tempo.

A última referência a incorporações de obra de talha durante a vigência do mandato de José de Figueiredo, enquanto director do MNAA, data de 9 de Junho de 1932. Escrevendo ao Director Geral da Fazenda Pública comunica que, em visita às extintas capelas dos Hospitais de S. José e Arroios, mantém a escolha feita anteriormente de um guarda-vento e quatro tocheiros de talha dourada pertencentes à capela do Hospital de Arroios.

A teia de pau-santo e dois tocheiros dos quatro mais pequenos da mesma capela cedem para a igreja do Lumiar que estava em fase de reconstrução após o incêndio que a devastou a 7 de Fevereiro de 1932³⁴.

Os anos 40 e 50 de 1900, invertendo a tendência, vão ser marcados pela saída de peças de talha do museu, com destino aos mais variados locais. O MNAA, sob a direcção de João Couto, sentia o “peso” da acumulação das peças, armazenadas e sem destino concreto em vista. Assim, os vários pedidos que vão chegando ao director, no sentido do seu empréstimo, são considerados como soluções, embora provisórias, para o uso mais condigno de um património sem perspectivas de fruição e para a não menos despicienda situação de falta de espaço de armazenamento.

³² *Idem*, “Registo de Correspondência Remetida”, L.º 2. 17 de Abril de 1920.

³³ *Idem*, *Ibidem*, L.º 2. 22 de Junho de 1921. Sobre o processo de desafecção desta e de outras igrejas da região cf. também Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, PT/ACMF/CJBC/LIS/LOU/ADMIN/012, “Destino dado a móveis, paramentos e alfaías de igrejas encerradas ao culto”, cx. 268. Consultável em linha em <http://purl.sgmf.pt/149243>.

³⁴ AHMNAA, “Registo de Correspondência Remetida”, L.º 8. 9 de Junho de 1932.

Em 1945, e respondendo a um pedido do presidente da Junta Autónoma de Estradas, João Couto dá parecer positivo ao empréstimo de um altar proveniente do extinto mosteiro do Sacramento a Alcântara, no dizer do director “sem importância artística”, para a reconstruída capela de S. Lázaro, em Marco de Canaveses³⁵.

Os pedidos sucedem-se e, a 6 de Julho de 1945, João Couto assente ao pedido de Monsenhor Amadeu Ruas, com vista à trasladação para a cadeia do Limoeiro de 2.000 azulejos, um altar de talha dourada, uma tela, um reposteiro, quatro peanhas de talha e dois painéis com molduras³⁶. As peças requisitadas só seguirão para aquele espaço a 29 de Outubro do ano seguinte acrescidas de uma teia de madeira, quatro painéis de azulejos, um lampadário e um sacrário de talha dourada³⁷. Esta capela integrou as seguintes peças: um altar pequeno proveniente da igreja do convento de Santa Joana de Lisboa, com as dimensões 65x1,35x0,45; duas pilastras 0,74x0,20, da mesma proveniência; uma banquetta 1,30x0,14 da mesma proveniência; duas pilastras provenientes da igreja do convento das Mónicas, de Lisboa, 2,06x0,70; três peças entalhadas, provenientes do convento das Trinas do Mocambo, em Lisboa; um bocado de talha para completar a banquetta atrás descrita 3,60x0,14, proveniente da igreja do Sacramento; dois pedaços de talha, 1,06x0,20, a mesma proveniência; um frontal de talha dourada 0,80x2,30, vindo do convento de Santa Teresa de Carnide; um sacrário de talha pequeno, proveniente do mosteiro do Sacramento; quatro mísulas de casquinha dourada 1,05x0,75 de proveniência desconhecida e uma teia de madeira exótica 6,20x0,88 também de proveniência desconhecida. As primeiras sete peças foram utilizadas para construir um altar que, depois de montado, ficou com as seguintes dimensões: 3,60x2,35x10,82³⁸.

O pedido seguinte assume contornos mais complexos e é alvo por parte de João Couto de um empenhamento acentuado.

A 11 de Julho de 1945, João Couto recebe uma carta expedida pelo padre Manuel Gregos, pároco da igreja matriz do Torrão. Na missiva, o religioso dá conta dos esforços empreendidos por essa igreja no sentido do seu restauro e na guarnição da capela-mor com retábulo de talha, em substituição daquele que foi levado em 1940 para guarnecer os interiores da Nau Portugal³⁹. João Couto responde rapidamente ao pároco, a 16 desse mesmo mês, referindo a necessidade de que alguém que conheça bem a igreja do Torrão comunique como se deverá compor o retábulo. O director afirma não possuir já nos depósitos do museu um retábulo completo, mas apenas peças soltas com as quais se poderá montar o altar.

³⁵ *Idem, Ibidem*, L.º 21. 7 de Janeiro de 1945. Sobre a deslocação desta talha cf. igualmente: ACMF, ACMF, PT/ACMF/DGFP1/LIS/LIS/BARTS/120, “Cessão de um altar para capela junto à ponte de Marco de Canaveses”, Cx. 13. Consultável em linha em <http://purl.sgmf.pt/164598>. Quatro colunas provenientes do extinto mosteiro do Sacramento de Lisboa, n.ºs de inventário 485, 488, serviram para montar o retábulo desta igreja.

³⁶ *Idem, Ibidem*, L.º 22. 29 de Outubro de 1945.

³⁷ *Idem, Ibidem*, L.º 24. 29 de Outubro de 1946. Cf. documentação sobre o mesmo assunto em ACMF PT/ACMF/DGFP1/LIS/LIS/BARTS/105, “Cedência de objectos para Capela da Cadeia do Limoeiro”, Cx. 13. Consultável em linha em <http://purl.sgmf.pt/164583>. Duas pilastras com cariátides, provenientes do mosteiro de Santa Joana de Lisboa, n.º de inventário 490 foram para o altar do Limoeiro a 20 de Julho de 1945, o mesmo acontecendo com um frontal de altar proveniente do convento de Santa Teresa de Carnide, n.º de inventário 89. Cf. AHMNAA, “Colecção de Diversos”, 1.

³⁸ AHMNAA, “Objectos de Arte- Obras de arte depositadas pelo Museu em Edifícios do Estado”, L.º 98.

³⁹ *Idem*, “Registo de Correspondência Remetida”, L.º 22. 11 de Julho de 1945.



Fig. 2 - Altar da capela do Centro de Estudos Judiciários, antiga cadeia do Limoeiro, em Lisboa. C. 1950.
(Fonte: Arquivo Fotográfico MNAA)

Apesar dos esforços envidados por João Couto neste assunto, o certo é que a 13 de Junho de 1946 recebe nova carta do pároco do Torrão, Manuel Gregos, reiterando o pedido feito há cerca de um ano atrás⁴⁰. João Couto apressa-se a colocar o assunto superiormente e, a 22 de Junho desse mesmo ano, envia carta ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, certificando que a DGEMN está de acordo com a cedência de um altar e considera o pedido do pároco do Torrão legítimo “pelas circunstâncias em que da sua igreja foi retirada a antiga talha do altar-mor”.⁴¹ Em Novembro do mesmo ano o assunto ainda não estava resolvido, situação demonstrada pelo envio de missiva de João Couto à mesma entidade, referindo que a DGEMN tinha já emitido ofício a respeito da cedência do altar e reforça as circunstâncias do desaparecimento do primitivo altar do Torrão, bem como a justeza do pedido do pároco Manuel Gregos⁴².

No meio dos vários pedidos de cedência de talha para ornamentar capelas, torna-se curiosa a diligência de João Couto, que se revela em carta de 10 de Outubro de 1945. Esta, dirigida ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, pede autorização para continuar o restauro de um altar português de talha dourada do século XVIII, que importaria em 1.680\$00, e que o director pretendia expor no museu⁴³.

Sabemos por registos fotográficos da época, do acervo do MNAA, que o referido retábulo chegou a estar exposto no museu. Actualmente encontra-se desmontado e à guarda do Laboratório José de Figueiredo.

⁴⁰ *Idem, Ibidem*, L.º 23. 13 de Junho de 1946.

⁴¹ *Idem, Ibidem*, L.º 23. 22 de Junho de 1946.

⁴² *Idem, Ibidem*, L.º 24. 15 de Novembro de 1946.

⁴³ *Idem, Ibidem*, L.º 22. 10 de Outubro de 1945. Altar proveniente de Santa Joana, n.º de inventário 508, foi desmontado em 1981 no Instituto de José de Figueiredo. Cf. *Idem*, “Colecção de Diversos”, 2.

O ano de 1946 dá conta do pedido de cedência por parte da DGEMN do cadeiral que foi da extinta igreja de S. Francisco do Barreiro. João Couto oficia ao Director Geral do Ensino Superior e de Belas Artes referindo que: “De facto está nas arrecadações deste museu, e muito danificado, o grande cadeiral da igreja do Barreiro, que há muito dali foi arrancado e que, para nada nos serve, tendo sido, segundo julgo, aqui arrecadado para, mais tarde, ser aplicado em qualquer monumento nacional⁴⁴. O assunto não teve prosseguimento pois, em carta datada de 17 de Julho de 1950, o director escreve novamente ao mesmo presidente dando conta do pedido do presidente do Conselho Administrativo da Fundação Casa de Bragança ao museu, no sentido da cedência do cadeiral que foi da igreja do Barreiro.

João Couto acrescenta: “*Seria com vivo interesse que o Museu veria partir o referido cadeiral e talha anexa, que só servem para atravancar as nossas arrecadações e dificultar o seu arranjo e eventuais mudanças. Salva-se também uma obra de certo merecimento*”⁴⁵. A trasladação da peça será efectuada em Outubro do ano seguinte⁴⁶.

Um empréstimo de talha e outros objectos, com significativa relevância pelo conjunto e pelo destino, é aquele que se efectiva em 1953 a pedido da Câmara Municipal de Almada. Em 1950, a edilidade daquela cidade havia comprado o que restava do convento dos Capuchos, da antiga cerca e alguns terrenos circundantes. As morosas obras de recuperação, que decorreram até 1952 contemplaram a recuperação da antiga igreja conventual⁴⁷.

Para ornamentar a totalmente desprovida igreja do antigo cenóbio capucho foram enviadas do Museu de Arte Antiga, em Agosto de 1951, as seguintes peças: vinte balaústres (destinados ao coro-alto), talha de duas capelas do extinto convento de Nossa Senhora da Esperança de Beja (que serviriam para montar um retábulo)⁴⁸, um lampadário e diversas telas destinada à capela-mor e à nave da igreja. O frontal de talha originário do convento das Trinas do Mocambo, de Lisboa⁴⁹ e a teia de mogno (para a capela-mor) saíram apenas em Março de 1953⁵⁰.

Diversos outros pedidos continuaram a chegar ao Museu das Janelas Verdes. Em 1947, João Couto refere pedido de talha por parte do patriarcado de Lisboa e dispõe-se a ceder a mesma, contra a ida ao museu de pessoa entendida a fim de escolher as peças solicitadas⁵¹. Novamente, em 1959, chega idêntico pedido do pároco da igreja de S. Simão de Azeitão, em fase de restauro, e que necessitava de alguma talha para completar a obra do trono da capela-mor⁵². João Couto mostra-se perplexo, em missiva endereçada ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, pelas contantes requisições de talha ao seu museu: “*Causa-me certa admiração que se recorra ao Museu de Arte Antiga pedindo talha para as igrejas quando nos depósitos da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais parece existir muito desse material*”⁵³.

⁴⁴ *Idem, Ibidem*, L.º 24. 21 de Novembro de 1946.

⁴⁵ *Idem, Ibidem*, L.º 31. 17 de Julho de 1950.

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, L.º 32. 30 de Outubro de 1951.

⁴⁷ Cf. João Luís Inglês Fontes (ed), *O Convento dos Capuchos. Vida, memória, identidade*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2013, 104-105.

⁴⁸ AHMNAA, “Colecção de Diversos” 4, n.ºs.º de inventário 625, 625A.

⁴⁹ *Idem, Ibidem*, n.º de inventário 243.

⁵⁰ AHMNAA, “Objectos de Arte -Obras de arte depositadas pelo museu em edifícios do Estado”, L.º 98, *Idem*, “Colecção de Diversos” 4.

⁵¹ *Idem, Ibidem*, L.º 26. 6 de Outubro de 1947.

⁵² *Idem*, “Processos”, 1959 (4-M-8). 15 de Julho de 1959.

⁵³ AHMNAA, “Registo de Correspondência Remetida”, L.º 44. 18 de Junho de 1959. A talha existente nos depósitos da antiga DGEMN aguarda estudo e análise que ainda não foram possíveis de avançar por vicissitudes várias.



Figs. 3 (esq.) e 4 (dir.) - Partes de dois altares oriundos do convento de Nossa Senhora da Esperança de Beja, em depósito no MNAA. (Fonte: Arquivo Fotográfico MNAA).



Fig. 5 - Altar-mor da igreja do convento dos Capuchos, em Almada. 2015.
(Fotografia da autora)

Um último pedido de cedência de talha em volume significativo é realizado pelo director do Museu Grão Vasco de Viseu, e imediatamente bem acolhido por João Couto⁵⁴ que, a 18 de Abril de 1962, está já a enviar ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, o recibo do Museu Grão Vasco, relativamente às peças emprestadas⁵⁵.

Várias outras instituições e igrejas receberam peças de talha provenientes dos armazéns do MNAA, entre elas incluem-se a Embaixada Portuguesa em Berlim que, em Janeiro de 1943 recebeu dois tocheiros de talha prateada, duas colunas de talha do século XVII, provenientes do Convento das Trinas, quatro castiçais do convento das Albertas e mais dois castiçais provenientes do mosteiro de S. Vicente de Fora, todos do século XVIII. Para o Museu Regional de Leiria foram expedidas em Abril de 1958, duas bases de talha dourada oriundas da capela de Santo António da Convalescência. Um arcaz oriundo do convento das Trinas encontrou local de acolhimento na Academia Nacional de Belas Artes e para a Biblioteca Pública de Lisboa foi um facistol em pau-santo do século XVIII, proveniente do convento do Desagravo. Para o palácio da Presidência da República foi, em Maio de 1950, um frontão de talha dourada com figuras, oriundo do convento das Trinas. Para a igreja matriz de Colares deslocaram-se várias peças de talha não especificadas e um sacrário e, para a igreja do Hospital Militar da Estrela foram uma peanha de talha, oriunda da igreja de Nossa Senhora de Palhais. Finalmente, com destino à igreja da Madre de Deus enviaram-se em Dezembro de 1944, um par de tocheiros prateados (lisos), um outro tocheiro, quatro castiçais e uma estante missal, todos provenientes do convento das Trinas.

Notas finais

A fortuna da obra de talha sequente aos eventos analisados ao longo deste texto foi múltipla e desigual. Para a temática em foco, o papel do Museu Nacional de Arte Antiga na gestão deste espólio, importa considerar fases distintas, em face de conjunturas diversas. Se com José de Figueiredo, a palavra de ordem era arrecadar para preservar, em face da facilidade com que o património de talha desaparecia, com João Couto assiste-se a uma política que, sendo aparentemente contrária, não deixa de obedecer a princípios semelhantes. Agora, dispersar significa também conservar.

As primeiras intervenções de José de Figueiredo, correspondentes aos anos iniciais do século XX, pautam-se pela necessidade imperiosa de salvar um património identitário português, e nessa medida, se explicam as suas várias acções, percorrendo o país e escolhendo para o seu museu os exemplares que ele considerava representativos e de excelência artística.

O universo de João Couto é bastante diferente. Passados os anos mais turbulentos dos efeitos patrimoniais da desamortização, importava repensar o lugar do espólio à guarda do Museu. Torna-se evidente, pela documentação consultada, que para o segundo director do MNAA, era imperioso aliviar os depósitos da instituição. As peças de talha, pelo seu carácter

⁵⁴ *Idem, Ibidem*, L.º 50. 14 de Fevereiro de 1962.

⁵⁵ *Idem, Ibidem*, 18 de Fevereiro de 1962. As peças que deram entrada no Museu Grão Vasco foram as seguintes: Alçado e quatro figuras (8 peças) provenientes do mosteiro de Santa Joana, de Lisboa, n.ºs de inventário 512-515 (anjos) 509-516 Diversos; partes de um retábulo da mesma proveniência, n.º de inventário 586; duas pilastras provenientes do convento de Santa Teresa de Carnide, n.ºs de inventário 554 e 555, duas colunas da mesma proveniência, n.ºs de inventário 558 e 559 (mais tarde foram para o depósito do Vidigal e depois para o Gabinete do Presidente do Instituto do Património, em Março de 1988); duas folhas de um remate provenientes do convento das Salésias, n.ºs de inventário 595 e 596; mísulas e quatro tabelas provenientes da igreja matriz de Palhais, n.ºs de inventário 213, 214, portas e ombreiras da mesma proveniência, n.ºs de inventário 314, 315, mísulas provenientes do convento das Albertas, n.º de inventário 146.

volumoso, de difícil acondicionamento e, pensava-se, fraco potencial museológico, seriam certamente encaradas como dispensáveis. A estratégia passou, assim, por ceder grande parte deste património.

A extrema mobilidade dos objectos de talha, a sua própria essência, que se presta à desmontagem e à consequente polarização dos vários componentes, propiciou a sua diáspora e consagrou uma fase absolutamente novel na história desta arte.

A reinvenção de estruturas, conseguida através da utilização de diferentes peças com proveniências distintas, inaugurou uma nova categoria dentro da arte da talha. Para além das estruturas já nossas conhecidas, e que se compaginavam com as classificações estilísticas propostas por historiadores como Germain Bazin, Robert Smith, ou mais recentemente Francisco Lameira, temos de acrescentar agora outra: a dos híbridos.

Frequentemente, estes retábulos, analisados sem conhecimento da sua história, induzem o observador em erro. As montagens, por vezes, bastante bem conseguidas, iludem olhares e estimulam interpretações menos correctas. A partir de agora, todo o olhar terá de ser em primeiro lugar analítico e crítico. O século XIX brindou-nos com a possibilidade da reinvenção e a talha foi um dos veículos materiais que melhor se prestou à recriação de formas reportadas a matrizes anciãs.

“A eleição de três vertentes de análise – forma, função e iconografia – constituiu o mote para a abordagem histórico-artística da retabulística no vasto território ibero-americano e veio a traduzir-se no livro que seguidamente se apresenta. Nele, o leitor poderá encontrar ampla reflexão sobre os artistas e respectivas oficinas, capazes de conceber as “máquinas” retabulares de pequeno ou grande porte; a construção e a definição do perfil dos mecenas e agentes do mercado artístico na execução dessas obras; a identificação e a análise da dimensão material dos retábulos; as leituras multifacetadas dos complexos programas iconográficos e ornamentais dos mesmos. Em todos os textos agora publicados, (...) os autores procuraram salientar a importância plástica e simbólica dos inúmeros exemplos analisados, salientando, sempre que possível, as especificidades autóctones e as interações artísticas estabelecidas com os contributos exógenos.”

